

DO CANP/UFF AO CAMPUS NILO PEÇANHA-PINHEIRAL/IFRJ: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Victor Novicki

Universidade Católica de Petrópolis
victor.novicki@ucp.br

Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
sararozinda@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta, a partir de entrevistas com gestores e professores, resultados preliminares de pesquisa sobre a formação do Técnico em Meio Ambiente no Campus Nilo Peçanha-Pinheiral do IFRJ e sua inserção no mercado de trabalho, em que sobressai a importância da gestão escolar e dos docentes para o alcance dos objetivos propostos pelas reformas educacionais recentes e das expectativas de alunos e professores no que se refere ao mercado de trabalho e à criação de ambiente pedagógico propício à formação de profissional-cidadão.

Palavras-chave: sustentabilidade; educação profissional; curso técnico em meio ambiente.

Em artigo recente (NOVICKI; PASSOS, 2010a), que apresenta resultados parciais de pesquisa sobre formação e mercado de trabalho do Técnico em Meio Ambiente (NOVICKI, 2008), destacamos - a partir de análise documental e das respostas ao questionário aplicado junto aos alunos do último ano do Curso Técnico em Meio Ambiente oferecido no então Colégio Agrícola Nilo Peçanha, vinculado à Universidade Federal Fluminense, o elevado grau de satisfação do alunado com a Gestão, bem como a adequada abordagem da questão ambiental, expressa nas concepções de sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental dos alunos, pois revelaram considerar as articulações entre as questões social e ambiental e a ascendência das relações sociais sobre as relações técnicas que estabelecemos com os reinos animal, mineral e vegetal, diferente dos que propõem um desenvolvimento sustentável pautado exclusivamente na matriz discursiva da eficiência tecnológica (DELUIZ; NOVICKI, 2004), que aliena o ser humano da natureza/meio ambiente e da sociedade (soluções técnicas e individuais), e desenvolvem, segundo Brügger (1994), ao invés da Educação Ambiental, um “adestramento ambiental”.

Neste trabalho, fundamentados em entrevistas realizadas com gestores e professores do atual Campus Nilo Peçanha - Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (CNPP/IFRJ), objetivamos explorar os processos internos que marcaram a trajetória desta instituição rumo à criação do Curso Técnico em Meio Ambiente, entre a reforma da educação profissional dos anos 1990 e sua recente incorporação ao IFRJ. Os problemas colocados à Gestão e suas possíveis relações com esta trajetória serão apresentados, inicialmente,

em torno da formação deste Técnico e, posteriormente, destacando os desafios relacionados à sua inserção no mercado de trabalho.

Formação do Técnico em Meio Ambiente: entre os setores agrícola e industrial

A origem do Curso Técnico em Meio Ambiente (CTMA) oferecido no CNPP/IFRJ, que remonta à Escola Média de Agronomia e Veterinária de Pinheiro criada em 1910, contribui para a compreensão de algumas questões centrais à pesquisa que desenvolvemos sobre formação e mercado de trabalho do Técnico em Meio Ambiente (NOVICKI, 2008), pois viria a influenciar no perfil do corpo docente e, conseqüentemente, nos desafios anteriormente destacados na formação deste Técnico em Meio Ambiente e nas relações estabelecidas entre o curso e o mercado de trabalho local (NOVICKI; PASSOS, 2009, 2010, 2010a; PASSOS, 2010), num processo de transição ainda inconcluso.¹

O Diretor-Geral do Campus, Prof. José Arimathéa Oliveira, ao resgatar as causas que levaram à criação de um CTMA, no início dos anos 2000, em uma instituição que oferecia apenas Curso Técnico em Agropecuária, destaca (i) o Decreto nº 2.208/97², que restabeleceu o dualismo entre ensino médio e educação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), (ii) as transformações ocorridas na economia nacional e da Região do Médio Paraíba Fluminense onde se situa o CTMA, com a transição de uma economia agrícola rumo ao processo de industrialização, e seus reflexos no mercado de trabalho³, (iii) a necessidade de aproveitamento do corpo docente do Curso Técnico em Agropecuária e os desafios gerados para a gestão:

Nós fomos obrigados, por força do Decreto nº 2.208/97 e da Portaria MEC nº 646/97, a diminuir a oferta de vagas no ensino médio e a ampliar a oferta de vagas do ensino técnico, sem ter estrutura. Procuramos cumprir esse decreto sem diminuir a oferta do ensino médio e aí veio a proposta do curso técnico na área de meio ambiente. Por que meio ambiente? Porque [o curso] nasceu numa região que tinha a agricultura, depois a agropecuária, como carro chefe da sua economia, e na década de 1940/50 viu chegar a Companhia Siderúrgica Nacional, e aí a economia da Região mudou de rumo. Hoje temos fábricas de automóveis, caminhões, siderúrgicas e metalúrgicas do grupo Votorantim, e vários grupos econômicos que estão instalados aqui na Região. Vemos tudo isso acontecendo e nos causava uma angústia muito grande, porque a instituição não dava resposta a esse mercado em crescimento, apesar de ser centenária, de ter um histórico de serviços prestados à comunidade. Então nós tínhamos que fazer um movimento interno para inverter esse fluxo e voltar a responder melhor à comunidade. Optamos pelo curso de meio ambiente porque era a área que teríamos melhores condições de ofertar um curso profissional de qualidade, com o perfil de profissionais que tínhamos em nosso quadro, atendendo assim a demanda que o mercado nos trazia. Acho que o grande desafio foi ter que mexer com as estruturas, que só pensava em agropecuária e que achava uma ameaça oferecer qualquer outro tipo de formação.

A Diretora de Ensino do CNPP/IFRJ, Prof^a Cristiane Melo Silva Oliveira, oferece mais detalhes deste processo de aproveitamento do corpo docente e seus desdobramentos:

Quando houve a reforma curricular foi um susto! ‘Joga fora tudo que você fez até agora, porque você vai fazer de outro jeito’: foi assim que entendemos! Tivemos que convencer um grupo de professores que eles teriam que trabalhar com outro curso, com outras disciplinas. Alguns não tinham experiência nenhuma, mas acreditávamos

que tínhamos condições. Nós tivemos um veterinário que foi dar aula de Hidrologia e, até hoje, ele é professor de Hidrologia. Ele aprendeu! Ele era veterinário e trabalhava com peixes. Então, entendia da qualidade da água para o peixe. Daí ele começou a se especializar e a fazer cursos. O início foi mais ou menos assim, se era professor de Agricultura, e uma das disciplinas da área de Agricultura é a Meteorologia, então vai dar aula de Meteorologia para o CTMA.

Apesar dos esforços desenvolvidos por gestores e professores, conforme avaliação dos alunos, em algumas disciplinas faltou aprofundamento teórico e maior articulação entre teoria e prática. Em relação às atividades desenvolvidas no CTMA (projetos, seminários, oficinas, visitas técnicas, exposições), os alunos criticaram principalmente os “projetos desenvolvidos”: 73% das respostas indicaram “pouco satisfeito” e “insatisfeito” (NOVICKI; PASSOS, 2010a), como podemos observar nos seguintes depoimentos:

Não foi excelente, por algumas falhas de disciplinas mal elaboradas, de professores incapacitados e de um maior número de aulas práticas (Aluno 6).

Acredito que alguns pontos não foram bem trabalhados, como por exemplo a parte laboratorial (método de análise, coletas). Vimos muito superficialmente e só na teoria (Aluno 10).

O CTMA toma vários rumos durante sua duração, não tendo tempo para aprofundar em vários assuntos de grande interesse e importância (Aluno 11).

Projetos desenvolvidos: são feitos muitos projetos, só que a escola não coloca em prática (Aluno 5).

Nas muitas visitas técnicas que foram realizadas, vimos na prática que quase nada do que é falado em sala é feito nas indústrias/empresas (Aluno 2).

Em seu conjunto, a superficialidade na abordagem dos conteúdos teóricos, o não estabelecimento de relações entre as discussões feitas em sala de aula e a realidade local e profissional, e a ênfase na elaboração de projetos, que não são implementados e, quando o são, não têm continuidade, não contribuíram para a construção de situações de aprendizagem significativas (PERRENOUD, 2000; NOVICKI, 2007), o que é ratificado pela Diretora de Ensino:

Acho que [a articulação teoria-prática] muda tudo! Muda a motivação, o interesse do aluno em participar da aula e da formação, só por isso, para mim, já seria o suficiente. Torna a aprendizagem mais interessante, mais lúdica e o aluno se sente fazendo alguma coisa de útil, de importante. Quando o aluno consegue ver para que ele está aprendendo aquilo e onde ele pode aplicar aquilo, ele responde muito melhor. Acredito sim, que essas atividades têm um retorno muito positivo. E como os próprios alunos detectaram, acho que não temos tantas atividades como poderíamos, tem algumas disciplinas que poderiam ser muito mais práticas. Isso nem sempre acontece, tivemos professores substitutos que foram excelentes nessa prática, e hoje temos professores efetivos que não são tanto. Essa questão da rotatividade dos professores é um problema muito grande!

Segundo o Relatório “Educação: um tesouro a descobrir” da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 1999), elaborado para a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o trabalho do professor não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas apresentá-los sob forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e colocando-os em perspectiva de modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes. Além da necessidade de o ensino contribuir para a formação da capacidade de discernimento e do sentido das responsabilidades individuais, impõe-se cada vez mais nas sociedades modernas a pretensão de que os alunos sejam, mais tarde, capazes de prever e adaptar-se às mudanças, continuando a aprender ao longo de toda a vida. Sendo assim, não basta ao professor ter o domínio de conhecimento específico em torno dos quais deverá agir. O que se exige é a compreensão plena das questões envolvidas no trabalho educativo; capacidade de identificá-las e resolvê-las, responsabilizando-se pelas decisões tomadas.

A Diretora de Ensino do CNPP/IFRJ chama a atenção para outro desafio dos gestores: a necessidade de contratar “professores substitutos”, face à não realização de concursos, e a baixa qualificação destes docentes, o que reforça a pertinência dos comentários dos alunos sobre as disciplinas:

Eles [os alunos] estão certos e é uma avaliação que também fazemos. Isso se deve a alguns fatores. Primeiro, uma grande dificuldade que tivemos, no início, foi a falta de professores, mas com o tempo passando, trabalhamos muito com o esquema de professor substituto, porque não tínhamos vagas de concurso. Então, foram surgindo oportunidades de vagas de professor substituto e, com essas vagas, tentamos resolver o que era emergencial para criar o CTMA. Em determinado momento, eu tinha quase que 50% do corpo docente composto por professores substitutos. Então, de 2 em 2 anos eu tinha uma renovação do quadro. Eu começava alguns trabalhos de Coordenação Pedagógica (integração das disciplinas, refinamento da questão do conteúdo para evitar a sobreposição, para evitar falta de alguma coisa) mas sempre tinha um professor que estava começando do zero. Esse é um dos aspectos que ajudam entender a crítica dos alunos. O professor substituto mal chegava e já estava começando o semestre, ele nem sabia onde ele estava entrando, porque não é só entender do assunto, o professor tem que saber do assunto dentro do contexto daquele curso, saber o que a sua disciplina significa naquele curso. Em segundo lugar, o outro fator que explica a avaliação dos alunos é a mão de obra que temos disponível, principalmente quando se fala de professores substitutos. A formação aqui na Região deixa muito a desejar na parte prática, principalmente na área biológica, que é a minha área, tem professor de Biologia que mal entrou em laboratório. Ou seja, o professor não teve na sua formação o que os alunos estão querendo.

Mercado de trabalho: do discurso ambientalista à essência do modo de produção

Além da reforma educacional e das transformações ocorridas nas atividades econômicas locais, rumo à industrialização, a opção pela criação do CTMA pode ser atribuída também à conjuntura dos anos 1990, marcada pelo aumento da preocupação com a questão ambiental planetária, verificável pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - a ECO 92 (CNUMAD, 1992), pela intensa produção de legislação ambiental, como a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998); bem como pelas políticas educacionais que visavam estimular e orientar a abordagem da temática ambiental nos diferentes níveis e modalidades de ensino e, dentre elas, destacamos os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico – Área Profissional: Meio Ambiente (BRASIL.MEC.

SEMTEC, 2000)⁴. Entretanto, segundo o Diretor-Geral do CNPP/IFRJ, e ratificado por outros gestores e professores entrevistados, as expectativas geradas sobre a ampliação do mercado de trabalho não se confirmaram:

Nesse processo histórico tem uma coisa interessante: vimos um país, pós ECO 92, que alardeava a questão ambiental, a necessidade de reestruturação do mercado para atender as exigências de um novo consumidor, e essa conjuntura reforçou a aposta no CTMA. Só que hoje não percebemos no mercado essa resposta para o profissional de meio ambiente de nível médio: nos últimos três anos, tivemos uma oferta maior de empregos para a agropecuária do que para o Técnico em Meio Ambiente. Achamos que a direção ainda está correta, acredito que seja um processo de maturação da economia, da sociedade. Vemos com bons olhos esse resgate do profissional da agropecuária, mas quando começamos a ver essa demanda do profissional da agropecuária, a gente entra em um comparativo e percebe que se a agropecuária, que é um setor que corresponde a 1% do PIB do estado está nos demandando o profissional Técnico em Agropecuária, a indústria tinha que estar demandando muito mais. Tem mercado para esse profissional, mas nós temos que fazer com que as empresas e instituições [públicas] incorporem esse profissional. Os órgãos públicos, por exemplo, eles ainda não conhecem o profissional. Você vê esse concurso na Prefeitura para agropecuária, para o Técnico em Enfermagem, mas não tem para o Técnico em Meio Ambiente.

Essas expectativas, em torno do mercado de trabalho para o Técnico em Meio Ambiente, são plenamente justificáveis se considerarmos também a conjuntura daquela década, em que o poder público, o empresariado e a sociedade em geral mobilizaram-se a respeito da questão ambiental. Segundo Kishiname et al. (2002), a partir da Lei dos Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), que tornou a pessoa jurídica passível de indiciamento criminal por danos ao meio ambiente, verificou-se um aumento da “consciência ambiental empresarial”, a denominada Responsabilidade Socioambiental Empresarial (PEDRINI, 2008) que privilegia o discurso da eficiência tecnológica como único caminho para a sustentabilidade: a ecoeficiência (DELUIZ; NOVICKI, 2004). Fernando Almeida (2002), membro do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, entende que a crise ambiental é uma excelente fonte de renda para o empresariado, como revela o título de seu livro: “O bom negócio da sustentabilidade”. Esta nova fonte de acumulação é destacada no documento do MEC anteriormente mencionado (BRASIL.MEC.SEMTEC, 2000), que visa estimular a criação de cursos para a formação de técnicos em meio ambiente, bem como uma mudança na mentalidade empresarial, pois afirma estar ocorrendo um crescimento significativo do “mercado ambiental” brasileiro, estimado em US\$ 2,2 bilhões em 1997, envolvendo tecnologias destinadas a economizar e/ou reciclar a água, a reciclagem de resíduos sólidos e a despoluição do ar.

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237/97 (BRASIL.MMA.CONAMA, 1997) poderia induzir a contratação de Técnico em Meio Ambiente, pois faculta ao Município atuar no âmbito do licenciamento ambiental local, condicionado, entre outros aspectos, à existência de órgão ambiental e à implementação de seus respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, com competência deliberativa e participação da sociedade civil (SOUZA; NOVICKI, 2010). O depoimento do Diretor-Geral do Campus contextualiza estes argumentos:

O Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro tem consolidado um papel de descentralizar as atividades de fiscalização e de licenciamento ambiental para o município, desde que ele tenha uma equipe permanente no quadro dele na área ambiental. A partir do momento em que você tem o município mais atuante na área ambiental, ele acaba batendo na porta da empresa, gerando novas oportunidades de trabalho para o técnico, ele vai fazer uma fiscalização, vai cobrar isso e, nesse processo, a empresa vai ter que se mexer e contratar uma consultoria ambiental ou um profissional para que dê respostas a essas adequações.⁵

Outra fonte de crítica dos alunos, que também pode ter como causa as origens do CTMA, refere-se a uma atividade importante na construção de competências socioambientais (NOVICKI; PASSOS, 2010a), que remete à relação teoria-prática, é o Estágio Curricular Supervisionado, etapa obrigatória para obtenção do diploma no CTMA. Nele, o aluno tem a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso e aprimorar as experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações sócio-culturais, assim como a incorporação de novos saberes e habilidades fundamentais na formação profissional e para o mercado de trabalho. Os estágios foram realizados principalmente na Coordenadoria de Meio Ambiente da Prefeitura de Pinheiral, em atividades de Educação Ambiental. Considerando a importância do Estágio Curricular Supervisionado, indagamos aos alunos qual o grau de satisfação com essas atividades. Os depoimentos abaixo, ajudam a entender as críticas do alunado:

A escola deveria fazer mais contato com empresas da região para mais vagas (Aluno 3).

A instituição deixou um pouco a desejar em relação ao estágio, não oferecendo muitas oportunidades nem tipos diferentes, e não buscou ampliar as vagas e convênios para novos estágios (Aluno 4).

O estágio que fiz envolve poucos conhecimentos aprendidos, voltando-se quase totalmente a uma só área (Aluno 9).

O Prof. Cláudio Luiz Souza Pinto, Coordenador de Estágio, comenta como o Técnico em Meio Ambiente formado no CNPP/IFRJ é visto pelo mercado, bem como lança luzes sobre a visibilidade do CTMA na Região, contribuindo para o entendimento das críticas dos alunos:

Nosso aluno quando vai para o mercado ele vai bem e é destaque. Ele tem um ótimo desempenho, porém nós (e, eu brigo muito nesse sentido) não temos feito um bom trabalho de divulgação desse curso. A minha proposta, hoje, dentro da Coordenação de Estágio é de fazer um trabalho de convencimento nas empresas. Só que esse trabalho precisa de outro rumo, porque eu faço o contato com as empresas, divulgo o CTMA, entretanto, as empresas ainda enxergam as questões referentes ao meio ambiente como um custo a mais. Contratar um profissional para ficar cobrando ações dentro da empresa, isso para os empresários ainda não é uma coisa muito clara. E a nossa proposta, minha e de alguns professores que também trabalharam no mercado e vieram de empresas, é de fazer um seminário e trazer as empresas para dentro do colégio, para que os empresários conheçam o colégio e o curso. Aí sim, você dá visibilidade ao curso, e isso é um problema que ainda não conseguimos resolver. As visitas não são suficientes, e muitas vezes a empresa não dá retorno. Com os eventos [os seminários] as empresas vão ver, e vão saber como é o potencial do curso, dos alunos e da escola em oferecer o CTMA. Hoje, o curso mais concorrido do Campus é o CTMA, que não

recebe vaga de emprego. Sem a visibilidade no mercado, daqui a pouco nós vamos perder isso, porque estamos deixando de mostrar que o nosso aluno tem potencial. Por tudo isso, o coordenador não pode ter muitas matérias e ter a coordenação, não sobra tempo. Ele tem que estar em sala para saber como está o curso, e estar fora, às vezes mais fora do que dentro, mas sem estar sobrecarregado. Esta é a minha crítica!

Segundo a Coordenadora Técnica do CTMA, Prof^a Daniele Gonçalves Nunes, a solução encontrada foi a contratação de Técnico Administrativo para a Coordenação de Estágio:

Temos um novo coordenador assumindo, que é o Paulo Roberto Lila. Ele é Técnico Administrativo e, até porque não tem carga horária docente, terá disponibilidade para fazer contato com as empresas. Estou conversando com os coordenadores de todos os cursos do Campus para que possamos dar um apoio ao Coordenador de Estágio para que ele possa fazer a propaganda do nosso profissional, falar tudo que ele pode fazer. Então, o Coordenador vai poder estabelecer parcerias, consultorias, estágio e até um futuro emprego.

Estes depoimentos revelam que persistem as expectativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho (curso mais concorrido do CNPP/IFRJ), estimulada pela “consciência ambiental planetária” e pelos discursos governamental e empresarial, que, entretanto, não contratam e nem oferecem vagas de estágio para os técnicos em formação. A dificuldade em conseguir locais para Estágio, principalmente nas indústrias, levou os gestores do CTMA a buscarem outras soluções, conforme depoimento da Diretora de Ensino:

E aí, o que aconteceu? Como essa oferta [de Estágio] no início era muito pequena, aconteceu que os alunos não se formavam porque não conseguiam Estágio. Então, tivemos que criar alternativas, porque se eu exijo do aluno o Estágio e não existe oferta de Estágio, tenho que fazer alguma coisa. Foi quando criamos os postos de estágios aqui dentro. Por exemplo: na Sala Verde, temos estagiários em Educação Ambiental, e quem faz orientação, hoje, é a Daniele; no setor de suinocultura, não sei se hoje está funcionando, mas tínhamos postos de estágio para acompanhar o tratamento de resíduos, compostagem, qualidade da água etc. Nós criamos também um estágio para o Técnico em Meio Ambiente no setor de produção de mudas.

O Prof. Carlos Eduardo Gabriel Menezes, Diretor de Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Inovação do CNPP/IFRJ, além de reforçar as críticas do Prof. Cláudio, destaca outros aspectos relacionados aos desafios dos gestores na obtenção de vagas de Estágio:

Temos que visitar empresas, superar uma barreira, principalmente, em se tratando do Técnico em Meio Ambiente, porque o estagiário é diferente do profissional. O profissional, bem ou mal, ele está ali e tem que dar conta do serviço para o qual foi contratado. O estagiário não, ele está muito mais a vontade para levantar os problemas ambientais do que o técnico contratado. Então, existe uma resistência por parte da indústria, que foi um dos maiores desafios que observamos, não houve uma postura facilitadora da indústria como houve, por exemplo, do órgão público. O órgão público está como órgão fiscalizador, como educador, conscientizando, que é algo mais fácil para colocar um técnico estudante, um aluno, do que em uma empresa. Uma boa motivação para que o empresariado se modifique é quando ele consegue mandar o seu produto para o mercado externo. Também observamos duas dificuldades para o empresariado aceitar as atividades de estágio: a faixa etária e a disponibilidade de tempo dos alunos.

A baixa visibilidade do Técnico em Meio Ambiente no mercado de trabalho local, que se reflete na oferta de Estágio Curricular Supervisionado, também pode ser explicada pela “confusão” entre as áreas de segurança do trabalho, saúde e meio ambiente, conforme o Diretor-Geral do CNPP/IFRJ:

Esse profissional hoje está muito misturado com a área de segurança no trabalho, e esse é um problema dessa área de formação profissional. A questão da segurança no trabalho já é lei há certo tempo, e o Ministério bate em cima dessa questão nas suas fiscalizações, mas quando as empresas começam a receber demandas de órgãos ambientais, quem trabalha com segurança no trabalho e saúde passa a trabalhar com meio ambiente. Não necessariamente o empresário contrata um Técnico em Meio Ambiente, com isso vira uma ‘maquiagem’ interna para tentar dar resposta a algumas coisas que na verdade não deveriam existir em termos de mercado.

Esta falta de clareza sobre a atuação do Técnico em Meio Ambiente pode estar relacionada às mudanças ocorridas com a extinção das vinte Áreas Profissionais (PARECER CNE/CEB nº 16/99) e entrada em vigor dos doze Eixos Tecnológicos instituídos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (PARECER CNE/CEB nº 11/2008): Ambiente; Produção Industrial e Recursos Naturais; Saúde e Segurança; Apoio Escolar; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Militar; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design (BRASIL.MEC.CNE, 2008).

A transformação do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campus Nilo Peçanha - Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)⁶ é considerada como uma excelente oportunidade para a superação dos desafios anteriormente destacados:

Nós fizemos uma opção, que foi desvincular da UFF para vir a compor o IFRJ. Foi uma opção apresentada pelo MEC à antiga rede federal de escolas técnicas, composta pelos CEFETs, escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais. O que fizemos foi buscar uma autonomia e ao mesmo tempo um apoio, um suporte do MEC para esse crescimento. Não queríamos voltar a ser uma escola agrícola numa região industrial. Tínhamos que mudar esse cenário: o primeiro passo importante foi a criação do CTMA, outro passo muito importante foi a transformação em IFRJ, porque entramos dentro de um programa de governo de criação e expansão das escolas técnicas federais pelo país inteiro. Isso trouxe 30 novos professores para Pinheiral, que é um lugar com 23 mil habitantes, não tem projeção econômica. Conseguimos dar um passo de gigante, pois junto com os professores vieram também 2 técnicos administrativos, que é um tratamento que nós nunca conseguimos ter. Aquilo que era uma grande dificuldade já está encaminhado, hoje temos concurso público para professor para área de meio ambiente, laboratorista, engenheiro ambiental, ou seja, são 10 anos de caminhada e hoje nos damos ao luxo de contratar outros funcionários, como engenheiro ambiental, técnicos, pedagoga etc.

Sobre as mudanças que ainda precisam ser feitas, a Diretora de Ensino observa que:

Ainda é um momento de transição em vários aspectos. Existe a questão da comparação entre os cursos na área de meio ambiente que o Instituto oferece e, pelo caminho da carruagem, eu não acredito que eles partam para uma padronização que, inicialmente, eles tinham vontade. A questão, além de geográfica, não deixa de ser uma

medida de força: eu aceito mexer na minha matriz, se o outro mexer também. Mas, além disso, temos um problema interno para resolver, que são os dois cursos com matrizes diferentes e com o mesmo título: o seriado e o curso subsequente. Em termos de expectativas, temos dois desafios: primeiro, integrar o curso que hoje é concomitante com a matriz nova. O segundo desafio é não deixar morrer a nossa experiência com o curso subsequente. Nós temos a obrigação legal de oferecer licenciatura na área de Ciências da Natureza.

O Coordenador de Estágio, Prof. Cláudio Luiz Souza Pinto, também destaca os futuros desafios na formação do Técnico em Meio Ambiente pelo IFRJ:

A transformação em Instituto vai exigir outras adaptações, por isso a Daniele, a Coordenadora Técnica do CTMA tem participado de reuniões no Rio. Por exemplo, dentro do Instituto tem 3 cursos técnicos em meio ambiente. Tem aqui (Pinheiral), no Maracanã, em Nilópolis e em Arraial do Cabo, todos oferecem o CTMA, mas com ênfases diferentes, com matrizes curriculares e perfis diferentes. Pinheiral tem a matriz com foco na Gestão Ambiental, ligada à parte rural e a parte urbana de áreas degradadas. Nilópolis está ligada ao Controle Ambiental, com o foco em Química. Tanto que eles têm registro no Conselho Regional de Química e nós no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em Arraial do Cabo, o CTMA é voltado para marinhas, navios, portos. Isso tudo está sendo discutido e alguns queriam que fosse uma grade única, mas isso não vai dar certo. Isso ainda vai dar muita discussão!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobressai neste estudo, o fato de uma gestão escolar comprometida com as mudanças necessárias fazer a diferença, desde que exista uma equipe de trabalho motivada para a superação de problemas, como os aqui destacados.

A crise ambiental que, simultaneamente, ergue barreiras e constitui uma nova fonte de acumulação, põe em xeque o discurso empresarial da Responsabilidade Socioambiental que, conforme vimos, na prática ainda enxergam as questões referentes ao meio ambiente apenas como um custo a mais, bem diferente do que argumentam Kishiname et al. (2002).

As iniciativas governamentais têm sido intensas e, ao que parece, a criação dos Institutos Federais trouxe algumas soluções para a Educação Profissional. Entretanto, não existem reformas educacionais sem a participação dos professores, porque são eles os que lá na ponta do processo educacional vão operacionalizar as políticas educacionais. À rigor, nesse processo, os gestores e professores ressignificam, ou melhor, dão “significado”, através de uma construção coletiva, às decisões superiores, enfrentando a clássica e autoritária separação entre concepção e execução de políticas educacionais.

Dado os limites deste trabalho, além dos aspectos aqui sucintamente tratados, a riqueza das informações coletadas, através de análise documental, de questionários aplicados a alunos e professores e de entrevistas realizadas com docentes e gestores do CTMA do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral do IFRJ, será contemplada em breve no relatório final de pesquisa e nos artigos a serem encaminhados a eventos e periódicos da área.

Concluindo, cabe destacar como um provável desdobramento deste estudo a análise dos outros três Cursos Técnicos em Meio Ambiente oferecidos pelo IFRJ, de modo a explorar

comparativamente os desafios colocados à gestão escolar, considerando suas diferentes ênfases e realidades locais.

(Endnotes)

- 1 O CNPP/IFRJ localiza-se no Município de Pinheiral (RJ), aproximadamente a 100 km ao sul da capital fluminense, na Fazenda São José do Pinheiro (cuja conclusão data de 1851), no médio Vale do Rio Paraíba do Sul. A partir de 1910, criou-se a Escola Média de Agronomia e Veterinária de Pinheiro, onde funcionou, entre 1916 e 1918, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária que, através do Decreto nº 62178/1968, passou a vincular-se à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1971, foi criado o Curso Técnico em Agropecuária e, em 2004, o Curso Técnico em Meio Ambiente (subsequente) e, em 2008, o Curso Técnico em Meio Ambiente concomitante ao Ensino Médio.
- 2 O Decreto nº 2.208/97 promoveu a separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas, contrapondo-se assim à LDB (Lei nº 9.394/96), na perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão de uma escola básica unitária. Em 16 de julho de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.741, que alterou os artigos 37, 39, 41 e 42 da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- 3 No que se refere aos seus reflexos sociais, econômicos e ambientais, a Região do Médio Paraíba, onde se situa o CNPP/IFRJ, pode ser considerada uma região-síntese ou emblemática, no Rio de Janeiro, da passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. Decadência do complexo rural agroexportador, desenvolvimento da atividade pecuária, êxodo rural, industrialização, concentração populacional em áreas urbanas, carência de serviços públicos (saneamento, saúde, habitação, educação etc.) e degradação dos ecossistemas, foram as etapas que conformaram a atual crise socioambiental regional (CALAZANS; NOVICKI; VIEIRA DE CASTRO, 1998; NOVICKI, 2000).
- 4 Sobre uma análise crítica dos Referencias Curriculares Nacionais do Técnico em Meio Ambiente (BRASIL. MEC.SEMTEC, 2000), ver Novicki; Gonzalez (2003).
- 5 O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou através da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com a missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo Instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/inea/sobre.asp>>. Acesso em: 08 dez. 2010.
- 6 Em 29/12/2008, surge um novo arranjo educacional que permite a combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica: trata-se da Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo país. A criação dos Institutos Federais responde às demandas por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008a). Ou seja, trata-se da institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica como política pública.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. **Diário Oficial do Poder Executivo**, Brasília, 13 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – área profissional: meio ambiente. Brasília: MEC.SEMTEC, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez. 1997.

BRÜGGER, Paula C. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1994.

CALAZANS, Maria Julieta Costa; NOVICKI, Victor; VIEIRA DE CASTRO, Elza M. N. Agricultura Familiar na Região do Médio Paraíba do Sul. In: **Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v.1, p. 247-260.

CNUMAD. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Brasília: MMA, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2010.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir** (Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI). 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do SENAC**, 30(2) maio/ago, p. 18-29, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KISHINAME, R.; GRAJEW, O.; ITACARAMBI, P.; WEINGRILL, C. Responsabilidade socioambiental das empresas. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade : Instituto Socioambiental : Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 377-411.

NOVICKI, Victor. **Estado, Sociedade e Questão Socioambiental na Região do Médio Paraíba (1996-2000)**. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ (Relatório Final de Pesquisa/FAPERJ), 2000.

_____. Competências Socioambientais: pesquisa, ensino, práxis. **Boletim Técnico do SENAC**, v.33, p.19 - 31, 2007.

_____. **Formação e Mercado de Trabalho do Técnico em Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: UCP (Projeto de Pesquisa), 2008.

NOVICKI, V.; GONZALEZ, W. R. C. Competências e meio ambiente: uma análise crítica dos referenciais curriculares da Educação Profissional de nível técnico. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, RS, v. 8, p. 95-116, 2003.

NOVICKI, Victor; PASSOS, Sara Rozinda Martins Moura Sá dos. Gestão e competências socioambientais na formação do técnico em meio ambiente. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 24; CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2009, Vitória. **Anais...** Niterói: Anpae; Vitória: UFES, 2009. 1 CD-ROM, p. 1-15.

_____. Formação do Técnico em Meio Ambiente: desafios ao trabalho docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 15, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Endipe/UFMG, 2010. 1 CD-ROM, p. 1-13.

_____. Colégio Agrícola Nilo Peçanha: gestão e competências socioambientais na formação do Técnico em Meio Ambiente. **Contrapontos**, v.10, p. 177-185, 2010a.

PASSOS, Sara Rozinda Martins Moura Sá dos. Curso Técnico em Meio Ambiente: do plano de curso à empregabilidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 33, 2010, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2010. 1 CD-ROM, p. 1-17.

PEDRINI, Alexandre G. (Org.). **Educação Ambiental Empresarial no Brasil**. São Carlos: RiMA, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de; NOVICKI, Victor. **Conselhos Municipais de Meio Ambiente: Estado da Arte, Gestão e Educação Ambiental**. Brasília-DF : Liber Livro, 2010.